

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Rosilene Munhoz Casa Grande

Inclusão : privilégio de conviver com as diferenças

Americana
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Rosilene Munhoz Casa Grande

Inclusão : privilégio de conviver com as diferenças

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia
– Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício nos Municípios da
Região Metropolitana de Campinas, da
Faculdade de Educação da Universidade
Estadual de Campinas, como um dos pré-
requisitos para conclusão da Licenciatura em
Pedagogia.

Americana
2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Grande, Rosilene Munhoz Casa
G763i Inclusão : privilégio de conviver com as diferenças : memorial de
 formação / Rosilene Munhoz Casa Grande. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação, Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF).

1. Trabalho de conclusão de curso. 2. Memorial. 3. Experiência de
vida. 4. Prática docente. 5. Formação de professores. I. Universidade Estadual
de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-587-BFE

Aprender é a única
coisa de que a mente
nunca se cansa, nunca
tem medo e nunca se
arrepende.

Leonardo da Vinci

Pertencer é mais do que romper as barreiras dos rótulos e dos estigmas produzidos na representação e no imaginário social; pertencer é mais do que ter contemplados direitos á cidadania no âmbito jurídico-formal. Pertencer é, pois, estar engajado, qual sujeito ativo da história; é exercer a condição de ator sem ser alvo da visão dualista que atribui á “ diferença” a condição de anjo ou demônio, para garantir á média a condição de normais. Pertencer é estar no palco sem ser herói ou vilão...

Paulo Ricardo Ross

Meu pai, o elo que nos une
Minha mãe, a força que nos encoraja
Meu marido, plenitude do amor.

A vida só pode ser
compreendida
olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida
olhando-se para frente.
Soren Kierkegaard

AGRADECIMENTO

À Deus, por ter me dado forças para vencer os obstáculos transpostos neste difícil caminho, e por me conceder a dádiva de EDUCAR em troca ampliar meu conhecimento...

À Jesus por ter se tornado exemplo de redenção para o mundo...

Às minhas amigas... Pela força, doação de carinho e paciência que tornou ainda mais forte o nosso vínculo afetivo e menos árduo nosso caminho...

Aos idealizadores do curso por acreditarem...

Aos assistentes pedagógicos que tornaram possível a consolidação de um ideal...

À minha família pelo apoio incondicional calcados no amor e união...

À todos que de alguma forma contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade...

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1.MINHA TRAJETÓRIA	
1.1 Memórias: ontem e hoje.....	10
1.2 PROESF: uma nova perspectiva.....	13
2.INCLUSÃO: A GERAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA	
2.1 Inclusão e a educação para todos.....	15
2.2 Educação inclusiva.....	17
2.3 O que dizem as leis.....	21
2.4 O papel da escola no processo inclusivo.....	24
2.5 O professor e a educação inclusiva.....	27
3.EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.1 O portador de deficiência e educação.....	30
3.2 A evolução de um direito.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS.....	38

Apresentação

Quem determina a finalidade do que se ensina? Quem determina o que é importante saber? Quem deve saber mais? Ou: quem deve saber apenas um pouquinho para não ficar um semi-analfabeto? Ou se é analfabeto ou se é alfabetizado. Não há semigravidez, semipobreza, semi-escola, semialfabetizado, semipolitizado...As questões continuam as mesmas: quem deve saber, o quê, para quê? Ter lugar na escola, não é apenas ter uma carteira, um uniforme, material escolar, merenda ou professor (mesmo que tudo isto faça parte da possibilidade de pertencer a uma escola). A questão é saber: quem tem lugar na escola, que lugar tem? Que tipo de relação vivencia?[...] É preciso uma tomada de posição mais grave. Mais consciente com a classe popular [Padilha, 1999, p.10, apud Góes, 2004, p.112]

Dividido em capítulos, abordarei em meu memorial minha trajetória escolar, bem como as contribuições do PROESF (Programa Especial de Formação de Professores em Exercício na Região Metropolitana de Campinas) na minha prática pedagógica hoje.

Partindo do pressuposto de que as escolas não estão preparadas para o processo inclusivo, procurarei explicitar também a necessidade de ampliar a compreensão dos princípios que norteiam o processo inclusivo e de analisar os caminhos e as alternativas que tornem possíveis a participação plena das pessoas com deficiência na vida social, bem como proporcionar aos alunos que freqüentam escolas regulares, que vivam na diversidade.

Mais do que criar condições para deficientes, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no que diz respeito ao currículo, à avaliação e, principalmente, às atitudes.

Assim sendo, a inclusão requer uma reorganização do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e apta à trabalhar com todos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.

Pretendo também abordar em meu memorial o conceito de inclusão. Todos falam muito de inclusão, hoje inclusão virou modismo, mas qual o verdadeiro significado de incluir? Farei também uma breve explanação sobre o que diz a nossa Constituição, que desde 1988 garante o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que os alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, mas este não substitui o ensino regular.

Abordarei também como o processo inclusivo está caminhando no Brasil hoje, haja visto que muitas pessoas continuam acreditando que o melhor é excluir, manter as escolas especiais, onde receberão ensino adaptado. Porém a inclusão vem crescendo a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos e, é nisso que precisamos nos conscientizar. Para que a inclusão se torne realidade em cada sala, a participação do professor é essencial. A escola também tem um papel importante frente a inclusão e um dos seus papéis é praticar a responsabilidade pelo outro e estimular as crianças a fazer o mesmo.

Ter um aluno com necessidades especiais em nossas salas de aula não é fácil, mas é dever do professor e da escola criar meios para recebê-lo. Todos nós: pais, professores, funcionários e alunos, devemos desempenhar um papel ativo no processo inclusivo. O primeiro passo a ser dado é a sensibilização, é olhar a educação de um outro jeito, rompendo com o preconceito que ainda hoje influencia a tendência existente de excluir da escola regular os portadores de deficiências, superando assim, as limitações e os obstáculos impostos.

Não se muda a escola com um passe de mágica, mas a implementação da escola de qualidade, que é igualitária, justa e acolhedora para todos não é utopia e sim um sonho possível.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!

(Mantoan,2003-p.91)

E por fim, falarei da Educação Especial fazendo uma ligação entre o deficiente e a educação e como esse direito evoluiu até os dias de hoje.

É preciso ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem no caminho. Sendo assim, conseguir a inclusão de todos é um grande desafio. Entretanto, o objetivo de se ter escolas inclusivas onde todos estejam inseridos é importante demais para não aceitar esse desafio!

Capítulo I

MINHA TRAJETÓRIA

1.1 Memórias: ontem e hoje

*Há pessoas que nos falam e nem as escutamos;
Há pessoas que nos ferem e nem cicatrizes deixam;
Mas há pessoas que simplesmente aparecem em nossa vida e
nos marcam para sempre.*

(Cecília Meireles, S/D)

Sou professora atuante na rede municipal de Sumaré há nove anos.

Fui alfabetizada através do método tradicional com a cartilha Caminho Suave, mas tenho poucas lembranças da minha professora. Nesta época, morava em Santo André- S.P., alias nasci lá, onde permaneci até os nove anos, quando meus pais resolveram mudar-se para Sumaré, na casa de meus avós. Então, comecei a freqüentar a quarta série em uma nova escola. Tudo era diferente, o prédio, os colegas, o professor, tive medo. Porém minha professora me recebeu com muito carinho e com um olhar acolhedor, que até hoje me recordo. Ela era apaixonante e diferente de todas as outras professoras que tive. E foi por ela que escolhi esta profissão, pois ela mudou o meu olhar em relação ao magistério, então passei a me espelhar nela e a me idealizar como professora, mas não uma professora tradicional, que planeja, estabelece e controla todo o processo de aprendizagem, cujo principal objetivo é a quantidade de conteúdos a serem passados e não a qualidade dos conteúdos assimilados, como todas as outras que tive e sim uma educadora comprometida com seus alunos, que respeite seu processo evolutivo e que promova situações de interação entre eles, fazendo-os avançar em seu processo de construção do conhecimento, e que esteja sempre aberta a mudanças e a novos desafios.

Hoje sei que não basta sermos somente bem intencionadas; isso não nos permite avançar, temos que tornar as utopias reais!

Segundo Paulo Freire (S/D), toda ação teórica – pedagógica - educativa tem que ter conscientização, no entanto, para avançar com segurança é preciso conhecer e se aprofundar nos novos métodos de ensino, ou seja, é preciso embasamento teórico na proposta pedagógica e não fazer por fazer. E isso, o PROESF vem acrescentando em minha prática. Outro motivo que me levou ao magistério foi acreditar que nós

professores, através da educação, podemos transformar toda uma sociedade. Como diz Pablo Gentili (2003).

*Educadoras são parceiras do futuro!
Devem estar armadas de paciência, serenidade, conhecimento e
compreensão das mudanças do mundo que não acontecem fora
das vontades dominantes na sociedade. (p.110)*

E foi assim que ingressei no magistério e descobri que ser professor é muito mais do que profissão, é missão, é luta constante e acima de tudo é construção e transformação. Essa concepção de educação me faz mais uma vez recordar de uma fala de Pablo Gentili (2003).

Educar é criar continuamente, é amanhecer com energias renovadas, é saber que nada se repete pela simples razão de lidarmos com gente...(p.109-110)

Cursei o magistério em uma escola estadual no período noturno. Aprendi muito, principalmente, que o professor não é e nem pode ser o dono do saber e sim um parceiro na aprendizagem de seus alunos, ser um bom mediador, se permitir aprender com os conhecimentos trazidos por eles e poder refletir sobre sua prática, buscando sempre novos conhecimentos para aprimorar seu trabalho e ajudar seus alunos.

Foi neste momento da minha vida que comecei a participar de muitas discussões sobre o papel da escola e a realizar, analisar e avaliar diversas situações didáticas, foi então que, tive o primeiro contato com o construtivismo.

Em oposição à visão “tradicional” de alfabetização, segundo o qual o professor estabelece e controla todo o processo de aprendizagem (determinando as etapas progressivas pelas quais a criança deve passar), está o “construtivismo” que considera o percurso individual que o aluno desenvolve para a aquisição da escrita, o que ele já sabe, sendo o professor responsável pelo acompanhamento dos avanços do aluno, alimentando o processo com situações que garantam a progressão do domínio sobre a escrita, isto é, informando e fazendo intervenções a partir de avaliações diagnósticas.

E assim, tornei-me professora em 1993 e em 1995 comecei a lecionar. Quantas expectativas... e vieram as frustrações. Nem tudo era tão fácil quanto parecia, me deparei com salas lotadas e heterogêneas; falta de recursos; materiais didáticos e

paradidáticos escassos; obrigatoriedade em cumprir um currículo pré-estabelecido e avaliações que visam a seriação.

Fui me adaptando a essa nova realidade. Cresci muito com meus alunos, mas faltava algo.

1.2 PROESF: uma nova perspectiva

O tempo foi passando, cada vez mais sentia a necessidade de uma formação que viesse aprimorar e dar embasamento a minha prática pedagógica através da teoria. Além dessa necessidade de aprimoramento, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 20 de dezembro de 1996, parágrafo I dos profissionais da educação, exige uma formação superior para os docentes atuarem na educação básica.

Art. 62- A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63- Os institutos superiores de educação manterão:

I- cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II- programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica.

Foi então, que tive conhecimento do PROESF (Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas).

Para que, professores como eu, fossem adequados a exigências da Lei citada acima, foi firmado um convênio entre a Unicamp e as Secretarias dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas para a criação do Proesf(Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas). Porém, não ingressei na primeira turma, pois no último momento por medo e insegurança desisti de fazer o vestibular, mas, com o incentivo, o apoio e até insistência de minhas amigas e companheiras de trabalho, passei a fazer parte da segunda turma em 2003.

Hoje no PROESF, ao estabelecer relações entre as teorias apresentadas no decorrer do curso e relacioná-las com minha prática em sala de aula, percebi o quanto

vinha me tornando aquela professora conteudista que tanto critiquei em minha infância. Porém, as leituras, os debates, os seminários e as aulas ministradas pelas Assistentes Pedagógicas, contribuíram para que eu mudasse o meu foco, fixando meu olhar novamente no meu aluno e no que realmente é significativo para ele e não mais na quantidade de conteúdos que devo transmitir porque assim o sistema impõe. Desta forma, compreendi que o papel do exercido pelo professor – mediador do conhecimento e a qualidade da relação professor – aluno, é de suma importância para o aprendizado do aluno.

Através do PROESF, descobri caminhos alternativos a serem trilhados com meus alunos, pois, o professor – educador deve estar em constante aprendizado. E esse aprendizado se dá através das leituras, dos conflitos gerados entre teoria e prática, das intervenções, das constatações e reflexões críticas da prática pedagógica docente. Com tudo isso, hoje sou muito mais segura dos meus conhecimentos e mais preparada na tomada de decisões em sala de aula frente aos problemas enfrentados no dia – a – dia, seja ele de ordem disciplinar ou em intervenções a serem tomadas principalmente com aquele aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, seja por defasagem, dificuldade ou deficiência.

Então, segura e mais preparada, resolvi escrever sobre Inclusão, tema este que sempre me despertou interesse e questionamentos. Porém, só vim a ter um embasamento teórico sobre o assunto este semestre, na disciplina de Educação Especial. Apesar do pouco tempo, estas aulas contribuíram muito para a elaboração e finalização do meu memorial. Dentre elas, gostaria de destacar as oficinas realizadas sobre : “Deficiente Auditivo” e “Comunicação Alternativa” que mostrou a utilização de pranchas que auxiliam a aprendizagem e a comunicação dos deficientes físicos e mentais; bem como, a palestra ministrada pelo neuropediatra Marcos Duarte sobre “Deficiência Física”; e, não poderia deixar de citar o filme: “Vitor, o menino selvagem, pois, contribuíram muito para clarear o que já havia lido nos textos sugeridos.

Capítulo II

INCLUSÃO: A GERAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

2.1 Inclusão e a educação para todos

*Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos.
Inclusão é estar com, é interagir com o outro.
(Mantoan, 2005, p. 26)*

Segundo Mantoan (2005), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Para ela, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceções.

Para Cláudia Dutra (2003),

Inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais.(p.46)

Portanto, inclusão é atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção, ou seja, oferecer educação de qualidade para todos.

Há alguns anos atrás, quando lecionava para uma 1ª série, recebi a notícia de que entraria na minha turma um aluno deficiente. Fiquei apavorada! Ele tinha traços de Autismo, que é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante e, Síndrome de Down, mais corretamente denominado Trissomia do 21, deficiência provocada por uma alteração genética (mutação) que ocorre durante a formação do bebê, no início da gestação. Era muito tímido e agressivo, porém percebi que sua agressividade nada mais era do que defesa por se sentir diferente dos demais, ele estava tão assustado quanto eu diante desse novo ambiente. Além de frequentar as aulas do ensino regular, ele fazia acompanhamento com uma pedagoga e uma psicóloga na APAE.

Com o tempo ele foi se adaptando e superando a timidez, tornando-se mais sociável, quebrando assim a barreira que o afastava dos outros colegas, tornando-se

parte da classe. Acredito que esse era o principal objetivo a ser alcançado: conviver e superar as diferenças.

Diante desse fato passei a me interessar pelo processo inclusivo e descobri que inclusão não é tão simples quanto parece. Muitos professores se sentem inseguros e despreparados ao lidar com a diferença, assim como eu também me senti. E é por acreditar e concordar com o processo inclusivo que resolvi escrever sobre ele.

Segundo Mrech (1998), o processo inclusivo é,

um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de suporte de serviços da área de educação por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (p.37-39)

A educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social.

Portanto, como diz Mrech (1998), a inclusão deve atender ao estudante portador de necessidades especiais propiciando a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns.

Como exigir que a sociedade acolha e respeite os deficientes se nós professores temos preconceito em relação a eles? Essas mudanças devem acontecer nas nossas salas de aula, nossos alunos precisam aprender a conviver com essas diferenças. Hoje sei que o crescimento e o desenvolvimento de todas as crianças, apesar de não ser uniforme, é facilitado pela instigante convivência com os desiguais.

2.2 Educação Inclusiva

É muito importante que nós professores saibamos para onde caminha a escola e a sala de aula, para isso devemos definir os princípios e ações que norteiam a construção do projeto pedagógico da escola. Devemos estar cientes que o currículo está sempre em mudança e voltado para os valores da sociedade no momento, com isso precisamos estar preparados para acompanhar estas mudanças.

Sabemos que uma sociedade democrática está pautada pela igualdade de direitos, de oportunidades, e de uma educação de qualidade para todos. Neste contexto, a inclusão aparece como possibilidade de rompermos com os modelos conservadores de escola e nos comprometemos com a construção, mesmo difícil, do redirecionamento dos nossos objetivos, desejos, princípios e de nossas práticas, no sentido de oferecermos um ensino de qualidade para todos, sem exceções.

Por isso é necessário ampliar a reflexão e as práticas de Inclusão. Segundo Kassar (2004), após o Encontro de Salamanca, ocorrido na Espanha em junho de 1994, onde foi reafirmado o direito à educação de cada indivíduo, conforme a Declaração dos Direitos Humanos, e foi proposta a adoção de linhas de ação em educação especial, muito já foi feito, mas é necessário fazer ainda mais. Tal documento tem como princípio norteador a idéia de que :

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados...(ONU,1948, p.17-18, apud Kassar, p.60)

A perspectiva da Inclusão é contrária às práticas de classificar e categorizar os alunos pelo que eles não sabem ou não podem fazer, como muito é feito em nossas salas de aula. A educação deve formar o indivíduo como um todo, desenvolver o pensamento autônomo e o senso crítico.

Segundo Mantoan (2003), a educação escolar deve ser pensada a partir da idéia de uma formação integral do aluno, conforme suas capacidades e talentos, um ensino participativo, acolhedor e solidário. E para que isso aconteça de forma plena é

importante que haja o exercício diário de cooperação, de fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças.

Conforme definido anteriormente, na perspectiva da inclusão as escolas atendem os alunos com necessidades especiais sem discriminar, rotular, sem trabalhar a parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas, para se planejar, para aprender, para avaliar. Os alunos realmente fazem parte do todo, não basta somente colocar este aluno no ensino regular para dizer que a escola é inclusiva e depois excluí-lo na sala de aula por ele ter certas deficiências, como vêm acontecendo nos dias de hoje, como afirma Mantoan (2003).

Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994),

O termo necessidades educacionais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (Brasil, 1994, p. 17-18)

Sendo assim, a inclusão sugere uma escola em movimento, em constante transformação e construção de enriquecimento pelas diferenças. Esse movimento implica mudanças de atitudes, modificação e adaptação do meio e, em nova organização da estrutura escolar.

A inclusão está na “moda”, até a igreja hoje fala de inclusão, mas para que isso se realize de forma absoluta, é necessário a mudança de foco, que deixa de ser a deficiência e passa a centrar-se no aluno e no êxito do processo ensino aprendizagem, sendo que o meio deva ser adaptadas às necessidades específicas de cada um. Por isso, todos, professores, funcionários, pais e a comunidade de forma geral precisam estar preparados para a inclusão e entender seu real significado. “É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!”(Mantoan, p.8), ou seja, a escola precisa se adaptar para respeitar e acolher às necessidades de todos os alunos.

Em 2000, lecionava em uma 2ª série, tinha um aluno surdo. Seu grau de surdez era severo, por isso, mesmo com aparelho ele não ouvia quase nada; em nenhum momento deixei de cobrar dele ou “facilitar” por ele ter essa deficiência.

No início foi difícil, eu não conseguia me comunicar com ele, pois não sei a linguagem de sinais (Libras), porém, aos poucos fui aprendendo a me comunicar com ele e ele comigo, bem como os demais alunos da sala que ora se comunicavam por

sinais, ora pela linguagem labial. Quando ele entrou na escola, não falava praticamente nada, pois até então, seu mundo era só de surdos. Depois de três anos na mesma escola seu vocabulário aumentou consideravelmente. Para Mantoan (2005), é até positivo que o professor de uma criança surda não saiba Libras, porque ela tem que entender a língua portuguesa escrita, para ela, ter noções de Libras facilita a comunicação, mas não é essencial para a aula.

Todos nós, alunos, professores e funcionários aprendemos muito com ele e ele nos provou que a inclusão quando se tem boa vontade e coragem pode dar certo, mas percebemos que além desses itens que são essenciais, os profissionais da Educação e especificamente o professor, deve ter conhecimento teórico e apoio de outros profissionais para que seja garantido as pessoas com necessidades especiais o acesso a igualdade de oportunidades, respeitando e auxiliando em suas diferenças.

Para Mantoan(2003), a escola resiste até hoje a inclusão, pois é incapaz de atuar diante da complexidade, da variedade, da diversidade, ou seja, da diferença existente entre os seres humanos. Para ela, as tarefas fundamentais para mudar a escola são:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos;
- Reorganizar pedagogicamente a escola, abrindo espaços para cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por todos que nela atuam;
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência;
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões ou exceções.

Sendo assim, para que o processo inclusivo surta resultados positivos é necessário nos unir e trabalharmos com consciência e responsabilidade, amparados e auxiliados por uma política pública que garanta na prática os direitos da pessoa com deficiência, bem como condições básicas de formação e aprimoramento dos profissionais da educação, como nos afirma Mantoan (2003),

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para atender e viver a experiência da inclusão.(Mantoan,p.91)

Quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mais ela adquire o genuíno conhecimento, sendo assim, a inclusão é benéfica a todos, pois faz com que as crianças tenham oportunidade de conhecer e conviver com a vida humana em todas as suas dimensões e desafios.

Segundo relatório da ONU, todos se beneficiam com a educação inclusiva:

Estudantes com deficiência aprendem a gostar da diversidade; adquirem experiências direta com a variedade das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; ficam melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada: entendem que são diferentes, mas não inferiores.

Estudantes sem deficiência tem acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais ; perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente; desenvolvem a cooperação e a tolerância; adquirem senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; são melhores preparados para vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Eliminar o preconceito e promover uma vida digna á pessoa com deficiência é o grande desafio de todos.

2.3 O que dizem as leis

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que assegura às pessoas com deficiências os mesmos direitos à liberdade, à uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida e na comunidade. (2004, p. 15 e 18 – MEC).

A Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família e que será ministrada com base em vários princípios, dentre os quais a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Arts. 205 e 206). Em seu artigo 208, inciso III determina que o “ dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino ”.

Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Declaram, também, entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que pode “pode contribuir para conquistar um mundo mais sadio, mais próspero e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”.

Ao assinar a Declaração de Jomtien, o Brasil assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país.

Segundo Mantoan (2003), até o início dos anos 80, existiam no Brasil dois sistemas de ensino: um para a educação regular destinado a atender alunos tidos como “normais”, e outro para a educação especial, destinado especificamente a atender alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, os “deficientes”.

A partir de 1994, durante um congresso na cidade de Salamanca, na Espanha, surgiu o conceito de unificação desses dois sistemas, portanto, educação especial e educação regular passaram a ser encaradas como único sistema. Com isso, alunos com necessidades educacionais especiais deveriam frequentar a sala de aula, junto com os demais alunos do ensino regular.

A legislação atualmente vigente e os documentos oficiais fazem menção explícitas à Declaração de Salamanca, na qual se lê:

Reafirmando o direito de todas as pessoas à educação conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares;

Recordando as diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram nas Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, nas quais os Estados são instados a garantir que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educativo [...].

Cremos e proclamamos que:

- *todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos;*
- *cada criança tem características , interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;*
- *os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;*
- *as escolas comuns, com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso proporcionam uma educação efetiva á maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo – benefício de todo sistema educativo. (Brasil, 1994, p. 9-10)*

A legislação mais recente sobre o assunto é a Convenção de Guatemala. O documento, promulgado no Brasil por decreto de 2001, reafirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos e liberdades que as demais, proibindo qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Sendo assim, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão - e crime.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais passou a ser vista como a melhor maneira de democratizar as oportunidades educacionais.

O número de estudantes com algum tipo de necessidade especial cresce a cada ano na rede regular de ensino. Góes (2004), aponta que em 1998, havia apenas 43,9 mil matriculados nas redes pública e privada. Em 2003, eram 144,1 mil e, no ano passado, chegaram a 184,7 mil – um crescimento anual recorde de 28,1%. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não deixam dúvidas de que o movimento de inclusão no Brasil é irreversível. O debate constante, a divulgação de experiências bem-sucedidas e a conscientização crescente sobre o que dizem as leis têm se refletido positivamente nas estatísticas educacionais. O número de matrículas dessas crianças em escolas e classes especiais caiu: passou de 87%, em 1998, para 65,6 em 2004. Apesar do avanço, a maioria continua sem ter seus direitos garantidos. “Entendida a lei, a discussão deve ser sobre a qualidade de educação para todos e não só para crianças com deficiência. A inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino”, afirma Claudia Dutra Pereira, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (2005). O primeiro passo para que isso aconteça é olhar a educação de um outro jeito(Nova Escola, p.42, maio, 2005).

Na educação inclusiva não devemos esperar que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme para que possa possibilitar a inserção daquela.

Diante de um cenário educacional problemático, como é nos dias atuais, precisamos incluir gradualmente novos elementos atendem e valorizam a diversidade, construindo assim, um processo educacional onde alunos com necessidades educacionais especiais possam se sentir parte importante integrante desse sistema de ensino.

2.4 O papel da escola no processo inclusivo

Segundo Laplane (2004), a educação moderna define seus objetivos em termos de competências a serem atingidos pelos alunos, então a melhor escola é aquela que oferece um leque variado de competências e habilidades requeridas por um mercado de trabalho cada vez mais exigente cada vez mais competitiva.

Para ela a escola é uma instituição bastante rígida, que tem dificuldade para receber, aceitar e trabalhar com a diferença, portanto, qualquer criança que se afaste dos padrões exigidos, tanto por um desempenho inferior como por um desempenho superior, deverá enfrentar problemas no seu caminho.

Um dos motivos apresentados por Laplane é a necessidade da escola produzir resultados, ou seja, promover o maior número de alunos possível. Portanto, a convivência entre alunos diferentes (idades, gêneros, níveis de instrução, modos de aprender, que apresentam algum tipo de deficiência ou que são mais curiosos ou ativos que a maioria) dificulta o processo de ensino e contribui para a não realização dos objetivos da escola.

Por isso, as escolas ainda hoje são contra a inclusão, pois “essas crianças” com necessidades especiais atrapalham o desenvolvimento e bloqueiam o processo dos demais alunos tidos como normais.

É claro que hoje já sabemos que todos temos a ganhar com a inclusão e que a criança aprende e se desenvolve mais quando em contato com a diversidade. Em 1980, as idéias de Vygotsky já destacavam a importância da linguagem e do outro no desenvolvimento e na aprendizagem, sendo que o professor possuía um lugar fundamental no processo de ensino - aprendizagem.

Na teoria prospectiva de Vygotsky (1999), o indivíduo não possui funções internas que garantem sozinhas seu desenvolvimento. O simples contato com objetos por si só não possibilita o desenvolvimento, mas sim as relações sociais, nas intervenções das pessoas, principalmente na linguagem, que o desenvolvimento ocorre.(p.368)

No entanto, há dez anos atrás, Sanfelice (1989) já alertava no texto “Escola pública e gratuita para todos, inclusive para os deficientes mentais” que “não é possível, no princípio de pedagogia formal, tratar igualmente toda a multiplicidade de

substantivas diferenças que as distintas clientelas incorporam por razões históricas, culturais, sociais ou mesmo físico – mentais”(p.33).

Por isso, devemos estar cientes que dar oportunidades iguais nem sempre significa dispensar o mesmo tratamento. A escola deve ter como objetivo possibilitar o mesmo acesso, o que não significa oferecer os mesmos meios e caminhos a serem percorridos.

As escolas devem estar preparadas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, portanto, é comum encontrarmos em nossas escolas, alunos deficientes freqüentando o ensino regular, sem que a escola tenha passado por um processo de adequação de procedimentos didáticos, adaptação de materiais, construção de rampas para deficientes físicos, entre outros requisitos básicos.

Para que a inclusão aconteça efetivamente é necessário alterar o direcionamento do currículo e das metodologias e estabelecer apoio efetivo ao professor, sem isso, as escolas não respondem ao compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

O primeiro passo a ser dado em direção a escola inclusiva é sensibilizar e treinar todos funcionários da escola: professores, orientadores e todo o pessoal que nela trabalham. É muito importante também sensibilizar os pais, sobretudo os não - deficientes. Todos, escola e comunidade, devem desempenhar um papel ativo no processo de inclusão, pois o projeto pedagógico para diversidade se constitui em um grande desafio para o sistema educativo como um todo e deve pensar a aprendizagem não apenas na dimensão individual, mas de forma coletiva, manifesta nas formas de interação entre pessoas, escola, família e comunidade.

Para Cláudia Werneck (1997), quanto mais a criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mas ela adquire o raro conhecimento e então, fica fácil entender porque a segregação não é prejudicial apenas ao aluno com deficiência. A segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças das escolas regulares tenham oportunidades de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios.

Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva é preciso que ela tenha um bom projeto pedagógico, que deve começar pela reflexão. De acordo com Mantoan (2005), um bom projeto deve valorizar a cultura, a história e as experiências anteriores da turma, segundo ela, as práticas pedagógicas também deve ser revistas. Os alunos,

deficientes ou não, precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com o seu tempo e suas condições.

Além de um bom projeto pedagógico e de adaptações físicas, a escola precisa também oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local.

Para que a inclusão produza bons resultados, é importante para o aluno com deficiência que ele tenha contato com o diferente, mas também é importante que ele tenha contato com seu igual. Por isso, é interessante que em uma sala de aula, ou até mesmo na escola, não tenha apenas um aluno com necessidades especiais, para que a criança considerada “diferente” não se sinta tão sozinha nesse ambiente estranho a ela.

Todavia, como diz Bueno, com relação à inclusão de alunos deficientes no ensino regular, não se pode deixar de considerar,

que a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento “ad eternum” para a inclusão [...] devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e democrática (2001, p. 27).

Diante destas colocações e da nossa realidade, acredito que estamos ainda engatinhando para que a inclusão aconteça de forma efetiva. Por outro lado, a sementinha da inclusão já foi plantada e aos poucos ela está crescendo e se fortificando em nosso meio.

2.5 O professor e a educação inclusiva

Nas escolas, inclusivas pela força da lei, não há preparação antes, para o exercício das relações do depois. O próprio exercício das relações de ensino tem preparado as professoras para receber e acolher “alteridade deficiente”.

(Fontana, apud Góes, p.163, 2004).

Na citação feita acima fica claro que nós professores não recebemos nenhum tipo de preparação para trabalhar com esses alunos portadores de necessidades educacionais especiais, termo este que foi substituído pela autora por “alteridade deficiente” para camuflar a hegemonia existente no termo “necessidades especiais”. Nessa atuação, sem aviso prévio, as professoras ao mesmo tempo ensinam e tornam-se aprendizes, então como sentir-se segura e pronta para inclusão?

Por isso essas inovações abalam a identidade profissional do professor, tornando-o inseguro e fechado como ostra que apesar de seu enorme potencial, continua bloqueando qualquer tentativa de descoberta e mudança. Sendo assim, é muito importante que ele explore seus conhecimentos, valores e crenças sobre a diversidade, buscando sempre que necessário novos métodos de ensino e novos conhecimentos para embasar e apoiar sua prática pedagógica.

Mais do que se acomodar e resistir à inclusão, o professor, ora por ingenuidade, ora por inocência política perante ao que lhe está sendo atribuído, tem deixado escapar o encontro face a face com esse “outro enquanto outro” (Larrosa & Perez de Lara, 1998), isso tem afetado significativamente sua vida, seus saberes e fazeres docentes, fazendo mergulhar incertezas, tornando, muitas vezes, a concretização da inclusão um drama. Por isso, o professor se esquia, rejeitando tudo que ameaça romper com seu esquema prático de trabalho, no qual se sente seguro e preparado.

No entanto, nós professores precisamos estar atentos para não reproduzir o preconceito em relação ao “diferente”, seja ele deficiente ou não, pois a sociedade tem um padrão pré-estabelecido que é continuamente reforçado pela mídia, de que o “diferente” deve ser tratado também de forma diferente, separado dos demais, seja qual for sua “diferença”. Para que isso não aconteça, precisamos mudar nossos conceitos e valores para só assim formar uma nova geração, mais aberta e menos preconceituosa para com o diferente.

Nós professores desempenhamos um papel muito importante no processo inclusivo, por isso devemos freqüentemente reavaliar nossa prática pedagógica, delineando sempre que necessário, novos caminhos, novos jeitos de ensinar, novas perspectivas em busca de melhores maneiras possíveis de promover uma aprendizagem ativa para todos os alunos.

Educar eficientemente todos os alunos requer que nós educadores usemos várias abordagens de ensino, entre elas utilizando-se de atividades diagnosticas para formar grupos produtivos, partindo do que a criança sabe, valorizando seus conhecimentos prévios, trabalhando com atividades significativas para elas, ou como sugere Paulo Freire (1980), através de “temas geradores” que fazem parte da vivência do aluno, sendo o professor mediador entre o sujeito e o objetivo do conhecimento, propondo atividades concretas, envolvendo afetivamente a criança, desenvolvendo o diálogo na classe.

Para Hernandez (1998), a aprendizagem deve acontecer através do “paradigma rizomático”, que representa para ele, uma educação significativa, que pensa no aluno, passa o saber para outro sem barreira, trabalha o aluno ativo e valoriza a educação não fragmentada, ou seja, o saber entrelaçado (a interdisciplinaridade). Para isso, devemos ser mais flexíveis, ou seja, ir além, mudando sempre que necessário, atuando através das disciplinas de maneira diagnostica para resolver os problemas de aprendizagem dos alunos.

Segundo Ferreira (1994), para o educador atuar numa unidade escolar, hoje, é preciso que ele possua uma significativa capacidade para entender a instituição, sua posição no sistema, sua inserção nas dimensões culturais dos alunos, suas idiossincrasias, suas relações internas e, fundamentalmente, que saibamos olhar para o aluno como se constituindo nestas relações. Para ela, as concepções mecanicistas, lineares, claramente hierarquizadas de ensino e currículo, processos pedagógicos centrados no professor, assim como concepções homogeneizantes de alunos, aliadas a concepções patologizantes de qualquer dificuldade ou fracasso escolar, não contribuem para a inserção escolar dos alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2003), nós professores do ensino regular não estamos preparados para o processo ensino- aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, então, encontramos no diagnóstico clínico uma forma de justificar o encaminhamento para a educação especial, onde supostamente esses alunos receberão a atenção de que necessitam.

Segundo Rosita Edler de Carvalho (2004), a formação dos professores de forma geral, precisa ser repensada, seja em nível de segundo grau, seja em nível superior, para que possamos encontrar soluções plausíveis com a urgente necessidade de melhorarmos as respostas educativas de nossas escolas, para todos.

Como nos diz Saviani :

uma aguda consciência da realidade em que irá atuar, uma fundamentação teórica que permita uma ação coerente, além de uma satisfatória instrumentalização técnica que lhe possibilite uma ação eficaz (...) Sua concretização implica abrangência nos níveis atitudinal, crítico - contextual, cognitivo e instrumental (Saviane, citado por Mazzotta, 1993,p.40)

É preciso elevar e estimular a capacidade crítica e reflexiva dos professores, de modo que percebam que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de desigualdades e injustiças que precisam ser modificados. O professor precisa estar instrumentado a promover a educação com o sentido de formação e não meramente apenas como transmissão de conhecimentos.

É importante também para os professores que estão recebendo em suas salas de aula de ensino regular alunos com necessidades educativas especiais em suas turmas, a formação em serviço, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a vida, conjugando-se qualidade com equidade.

Nós professores precisamos unir nossas forças, discutir nossas idéias, buscando alternativas que nos permitam entrar em um novo século com perspectivas mais otimistas em relação às respostas educativas de uma escola para todos, pois temos boas razões e um longo caminho a ser percorrido!

Capítulo III

Educação Especial

3.1 O portador de deficiência e a educação

A LDB/96 (Leis Diretrizes e Bases) entende a Educação Especial como uma “(...) modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Art58).

Embasada na LDB/96, Claudia Dutra, secretária de Educação Especial do MEC, reforça que todas as crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional de entrar no ensino regular, em turmas condizentes com sua idade (2004, p.7, Saberes e Práticas da Inclusão 1).

Historicamente, a educação de pessoas com deficiências nasceu de forma solitária, segregada e excludente, como é apontado nos textos de Bianchetti (1995) e Mazzotta (2001) autores estudados por mim na disciplina de Educação Especial. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa.

No Brasil, segundo Mazzotta (2001), a educação especial teve início no século XIX com a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Já a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (p.27).

Foi tradicionalmente criada para atender crianças e adolescentes com deficiência mental, visual, auditiva, física e motor, além daqueles que apresentam condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos, bem como aqueles que apresentam altas habilidades e superdotação.

A década de 70 teve como marco a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tinha como objetivo definir as metas governamentais específicas para ela, promovendo assim, uma ação política mais efetiva, com o intuito de organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para o ensino especializado e formação para o trabalho (integrado ou não ao ensino regular).

Muitas pessoas ainda entendem a Educação Especial como uma modalidade de ensino que substitui o ensino regular, voltada única e exclusivamente para a criança com necessidades especiais, ou seja, uma criança com Síndrome de Down, por exemplo, passaria a infância e a adolescência em uma escola especializada, convivendo apenas com seus pares, recebendo conteúdos escolares adaptados e terapias.

Hoje, a partir dos estudos realizados na disciplina de Educação Especial, no PROESF, posso afirmar que a Educação Especial é entendida como modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania. O atendimento educacional especializado é apenas um complemento da escolarização, e não substituto.

Como nos diz Carvalho (2004):

Especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são os procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para aprendizagem.(p.17)

Carvalho indica caminhos para a compreensão em relação ao especial, ou seja, pensar no especial da educação é mais sensato do que atribuir esta característica de “especial” ao aluno. Portanto a escola deve trabalhar a desvantagem que o aluno tem e não simplesmente enfatizar sua deficiência.

O documento Diretrizes Nacionais para a Educação do Ministério da Educação (SEESP) em 2001, nos alerta que, com a adoção do conceito de “necessidades educacionais especiais firma-se o compromisso com uma nova abordagem que tem como horizonte a Inclusão” (Brasil, 2001, p.53)

O conceito “educando com necessidades educacionais especiais” abarca hoje, pelo art. 5º, da resolução n. 02/2001, os alunos que durante o processo educacional apresentarem:

I- dificuldade acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem no processo de desenvolvimento das atividade curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II-crianças com dificuldades de comunicações e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando a utilização de diferentes formas de linguagens;

III-altas habilidades / superdotação e grande facilidade de aprendizagem.

Sendo assim, nessa nova proposta, que tem como objetivo a inclusão, a Educação Especial passa a atender a uma gama bem maior de casos. Não estão envolvidos nela apenas os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas as condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também crianças com dislexia, problemas de atenção ou emocionais, de memória e também os devidos a fatores socioeconômicos.

Apesar de sabermos que é “direito de todos” serem percebidos com igualdade de valor, precisamos tomar o cuidado e identificarmos um modo mais seguro de assegurar que esses direitos teoricamente atendidos não continuem a ser violados na prática. Isso implica o reconhecimento e o atendimento as suas necessidades, no caso, as educacionais especiais, que por sinal hoje ainda estamos longe de alcançar este objetivo plenamente, ou seja, oferecer a todos acesso, ingresso e permanência nas escolas, pois como afirma Laplane (2004), a fraqueza do discurso de que a inclusão representa uma melhor solução para alunos, professores, pais e sociedade:

reside no fato de que em certo momento o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. (p.18)

No entanto, só as leis não bastam para assegurar a educação como “direito de todos”, as pessoas precisam mudar sua atitude frente á deficiência, encontrar outros caminhos para assegurar a todos o direito á educação. Por isso, devemos nos conscientizar de que as limitações impostas pela deficiência não devem ser vistas como impedimentos, pois esta visão prejudica o desenvolvimento individual que depende do convívio e da interação com o outro.

3.2 A evolução de um direito

Todo aluno, independente das dificuldades advindas de sua deficiência, poderá, a seu modo e em seu tempo, beneficiar-se de programas educacionais, desde que lhe sejam dadas oportunidades adequadas para que possa desenvolver o seu potencial de aprendizagem e, conseqüentemente, integrar-se. (Mazzotta, 1987)

Nós, como seres humanos, encontramos-nos em constante evolução e sede de saber. Neste sentido, tornamos sujeitos históricos de buscas, de inquietações, de suposições, superando os desafios nos diferentes sentidos da construções do conhecimento. E é sob esta ótica que procurarei apresentar como se deu a evolução histórica da conceituação da deficiência, relacionando-a aos valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosas de cada época. Para compreendermos melhor a situação atual do deficiente hoje, faz-se necessário um resgate histórico evolutivo de como essas pessoas foram tratadas.

Buscarei apoio em Bianchetti (1995) para sintetizar essa época.

Segundo o autor, na antigüidade somente a nobreza tinha valor, os outros eram considerados como sub humanos. Nessa época se cultuava a beleza e a perfeição da sociedade, então surge alguns paradigmas. Um dos paradigmas é o espartano, no qual se valorizava a perfeição do corpo, então, se ao nascer, a criança apresentasse algum tipo de deficiência era abandonada ou exposta. Outro paradigma é o ateniense, no qual a dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma, então, o deficiente deixa de ser morto ao nascer e a deficiência passa a ser vista, pelos moralistas cristão/católicos, como pecado, portanto são confinados em conventos e asilos.

Na idade média, acreditava-se que o comportamento “diferente” era conseqüência de forças sobrenaturais, sugerindo a crença de uma origem demoníaca das doenças, mais especialmente, a mental, então os deficientes eram submetidos ao exorcismo e/ou a fogueira da inquisição que eliminou milhares de pessoas com deficiência mental, acusadas de heresias.

No século XVI, com o início da Revolução Burguesa, surgiram novas idéias, a deficiência é vista como problema médico e não mais teológico e passa a ser tratada através da alquimia e de magias. Surge também as institucionalizações em conventos e hospícios.

No século XVII e XVIII, com a Revolução das ciências e surgimento das ciências positivistas, passa-se a ter a concepção de que os homens não são necessariamente iguais e que é preciso respeitar essas diferenças, começa-se a acreditar na educabilidade do deficiente. Com o objetivo de oferecer tratamento médico e aliviar a carga da família e da sociedade os deficientes eram mandados para asilos e hospitais.

O século XIX, foi tempo de grandes descobertas no campo da medicina, biologia e da saúde, então, passou-se a estudar os deficientes em busca de respostas para seus problemas. Com isso começou o que chamamos de segregação institucional, ou seja, o deficiente era tratado como um doente, em alguma instituição. Excluídos da família e da sociedade, os portadores de deficiências eram internados em asilos religiosos ou filantrópicos, muitas vezes passando ali toda a sua vida.

Em contra partida, foram surgindo algumas escolas especiais e centros de reabilitações, pois a sociedade começava a enxergar que os deficientes poderiam ser produtivos se recebessem treinamento adequado.

Segundo Mazzotta (2001), o atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve início no Brasil, na década de cinquenta do século XIX, mais precisamente em 12 de outubro de 1854, quando Dom Pedro II fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Já no século XX, aos poucos, pais e pedagogos deram início a instituições de ensino especializado como a Sociedade Pestalozzi, a AACD (Associação de Assistência à Criança Defeituosa) e a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), a questão da deficiência foi saindo do campo da saúde, para o campo da educação, afinal deficiente não é doente e tem direito a educação.

A necessidade de uma política de educação especial foi se delineando nos anos 70, quando o MEC (Ministério da Educação e Cultura) assume que a clientela da educação especial é a que “ requer cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade”.

Segundo Kassar (1995), em 1986, a expressão “alunos excepcionais” foi substituída por “ alunos portadores de necessidades especiais”, sendo referida na Lei de Diretrizes e Bases/96, conforme já citei.

Em 1990, finalmente o Brasil participou da Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos na cidade de Jomtiem, na Tailândia: estavam lançadas as sementes da política de educação inclusiva.

Mazzotta (2001), nos mostra que a década de 90, ainda à luz dos direitos humanos, pôde-se constatar que a diversidade enriquece e humaniza a sociedade quando

reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades. E é nesse contexto que começa a ser delineada a idéia da necessidade da construção de espaços sociais inclusivos, ou seja, espaços organizados para atender ao conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, inclusive, segundo Mazzotta, aqueles que apresentarem necessidades educacionais especiais.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Segundo Stainback (1999),

As salas de aula inclusivas partem de uma filosofia segundo a qual todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é valorizada; acredita-se que tal diversidade fortaleça a turma e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem. (p.11)

Sendo assim, a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoas com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então, é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário.

Educar crianças em segregadas salas de educação especial significa negar-lhes o acesso à formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem que somente acontecem na sala de aula de ensino regular devido a diversidade presente neste ambiente.

Considerações Finais

Todos os estudos explicitados neste trabalho e debatidos no curso do PROESF, nos mostram que a inclusão é possível e que através dela, os indivíduos identificados com necessidades especiais tem maiores chances de estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se físico e cognitivamente e de serem membros ativos na construção do seu conhecimento. Portanto, para que a inclusão aconteça de forma efetiva ela deve acontecer em todos os âmbitos sociais. Todos nós devemos participar do processo inclusivo: pais, professores, escola e comunidade, ou seja, toda a sociedade deve se conscientizar da importância e da necessidade do processo inclusivo em todas as dimensões e especialmente na educação, através do envolvimento de todas as autoridades e profissionais desta área.

Todo o sistema educacional e seus profissionais devem ter conhecimento das características do processo inclusivo, suas possibilidades e suas dificuldades. Entretanto é muito importante também que haja trocas de experiências entre as diversas escolas ou instituições que estejam engajadas no processo inclusivo, bem como a formação de grupos de estudos para obter uma visão mais ampla de todo o processo e de suas estratégias educacionais adequadas a cada realidade.

Uma escola inclusiva exige preparo e envolvimento de seus profissionais, projetos educacionais mais completos, capacidade de adaptação do currículo às necessidades específicas dos alunos e maior provisão de recursos educacionais. Nós não podemos nos dar o luxo de criar currículos e programas educacionais que somente privilegiam apenas uma parcela da sociedade, seja em termos econômicos ou em termos de habilidades físicas e cognitivas, mas sim, de criar currículos e programas que proporcionem uma educação de qualidade para todos.

Nós professores, desempenhamos um papel fundamental no processo inclusivo, porém precisamos estar preparados e confiantes em nosso trabalho, por isso, deve nos ser dado instrumentos necessários para que possamos ver a todos os alunos, deficientes ou não, com um potencial ilimitado de aprender. E foi nesse sentido que o PROESF me auxiliou, ampliando meus conhecimentos através dos textos lidos e debatidos nas aulas, dando-me um embasamento teórico que até então não tinha, tornando-me mais segura e objetiva na tomada de decisões.

Entretanto, além professores preparados, a escola precisa de apoio legal, que será o respaldo para esta linha de atuação, concretizando-se através de ações realizadas por meio de formulações legais. Pressupõe que a escola regular se adapte para responder às necessidades de TODOS os alunos, adequando currículos, materiais e equipamentos em sala de aula, promovendo mudanças nos ambientes físicos e sociais, revendo o papel do professor e reestruturando as atividades propostas. Porém, a inclusão é muito mais que isto e deve ser abordada em todas suas perspectivas, não somente com as que tem relação com o sistema educacional, mas com a sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

BIANCHETTI, Lucídio. *Aspectos Históricos da Educação Especial*. Revista de Educação Especial, vol.2, n 3, 1995.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais*. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência(CORDE), 1994.

BUENO, J. G. S. *A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular*. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, vol. 9, nº 8, pp. 21-27, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*, Porto Alegre, Mediação, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva com os Pingos no “is”*. Porto Alegre, Mediação, 2004.

DUTRA, Claudia. *Inclusão que Funciona*. In Nova Escola, setembro, 2003.

_____. *Educação Inclusiva. A Fundamentação Filosófica*. Brasília, MEC, SEESP, 2004.

FERREIRA, M. C. C. *A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológicos de alunos com deficiência mental*. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1994.

FREINET, C. *Pedagogia do bom senso*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

GENTILI, P., ALENCAR, C. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Friszman (orgs). *Políticas e Práticas de Educação Inclusivas*. Autores Associados, Campinas, S.P., 2004.

HERNANDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.

KASSAR, M. *Ciência e Senso comum no Cotidiano das Classes Especiais*. Campinas, Papirus, 1995.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) – artigos n. 62 e 63*. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças*. In Nova Escola, maio, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Escolar: comum ou especial*. São Paulo, Pioneira, 1987.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: Historias e Políticas Publicas*. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, MEC/Secretaria da Educação Especial (SEESP), 2001.

MRECH, Leny Magalhães. *O que é educação inclusiva? Integração*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial, ano 6, n. 20, 1998 p. 37-39.

SANFELICE, J. L. *Escola publica e gratuita para todos, inclusive para os deficientes mentais*. Cadernos CEDES, São Paulo, n 23, 1989.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

STAINBACK, Susan e Willian. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: editora Artmed, 1999.

_____. *Saberes e Práticas da Inclusão*. Brasília, MEC, SEESP, 2004.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho nesta sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.